



7 – Mapas de Execução Orçamental

7.3 – Mapas de Controlo Orçamental

7.3.1 – Controlo Orçamental da Despesa

Anexo 1

7.3.2 – Controlo Orçamental da Receita

Anexo 2

7.4 – Execução Anual do P.P.I.

Anexo 3

7.5 – Nota aos Fluxos de Caixa

Anexo 4

7.6 – Mapa de Operações de Tesouraria

Anexo 5

No que se refere à informação que este mapa encerra, salientamos o seguinte:

- a) A diferença existente entre este mapa e o último balancete de tesouraria (31-12-2014), refere-se à constituição dos fundos de maneio que foram constituídos por Operações de Tesouraria e com a entrada em vigor do Pocal não foram repostos da mesma forma, assim como, a correções efetuadas nas contas de operações de tesouraria, que não passaram por caixa e, como tal, não aparecem refletidas no balancete de tesouraria.

Estão a ser desenvolvidas diligências junto da nossa software house, no sentido de se encontrar uma solução para esta situação.



8 – Anexos às Demonstrações Financeiras

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – Identificação da Entidade

Município do Barreiro

Número de Identificação Fiscal: 506 673 626

Rua Miguel Bombarda,
2830-355 Barreiro

Telefone: 21 206 8000

Fax: 21 206 8001

Município	N.º Eleitores	
	Até 10.000	
	Mais de 10.000 e menos de 40.000	
	Igual ou superior a 40.000	X
Fonte: INE		

8.1.2 – Legislação

Data da Constituição

___ / ___ / ___

Publicação no D.R.

___ / ___ / ___

8.1.3. – Estrutura Organizacional

Serviços Municipalizados – Sim

Serviços Municipalizados – Transportes Colectivos do Barreiro

Empresas Municipais – Não

Órgãos:

De natureza consultiva – Não

De fiscalização – Não



Organograma e Diplomas Legais

Anexo 6

8.1.4 – Descrição Sumária das Actividades

- A gestão financeira foi efectuada de acordo com a realidade das despesas, tendo em consideração os recursos financeiros disponíveis;
- Foi assegurado o financiamento dos Serviços Municipalizados dos Transportes Colectivos do Barreiro;
- Os encargos com o pessoal da autarquia foram plenamente satisfeitos;
- As dívidas foram sendo liquidadas de acordo com as disponibilidades do Município;
- O equilíbrio orçamental da Autarquia continuou a ser assegurado com as receitas provenientes do Orçamento de Estado, dos Impostos Directos e das Receitas Próprias do Município;
- Foi efetuado um enorme esforço de racionalização das despesas;
- De modo a continuar a garantir a independência financeira do Município, torna-se necessário a manutenção do rigoroso controlo orçamental, iniciado em anos anteriores e a procura de mais fontes de financiamento;

8.1.5 – Recursos Humanos

Cargo	Identificação	Período	Pelouro
Presidente	Carlos Humberto Carvalho	De 01/01/2014 a 31/12/2014	Coordenação e representação geral do Município, serviço municipal de proteção civil, participação, democracia, cidadania e comunicação, desenvolvimento económico e estratégico e turismo, presidente do conselho de administração dos SMTCB
Vereadora	Sofia Amaro Martins	De 01/01/2014 a 31/12/2014	Vice-Presidência, obras municipais, jardins e espaços verdes, rede viária e equipamentos municipais, águas e resíduos, descentralização para as freguesias.
Vereadora	Regina C. Janeiro	De 01/01/2014 a 31/12/2014	Intervenção social, juventude, desporto, associativismo, cultura, arquivo, educação, património histórico, saúde e bibliotecas. Acompanhamento do trabalho da comissão de proteção de crianças e jovens em risco
Vereador	Rui Pedro Gaspar Lopo	De 01/01/2014 a 31/12/2014	Planeamento, ordenamento do território, ambiente, paisagismo e mobilidade. Fiscalização e contraordenações. Gestão urbana, atividades económicas, regeneração e reabilitação urbana e áreas urbanas de génese ilegal. Projetos de arranjos exteriores. Tecnologias de informação, geográfica e cadastral. Vogal do conselho de administração dos SMTCB.
Vereadora	Sónia Lobo	De 01/01/2014 a 31/12/2014	Recursos humanos, gestão financeira e patrimonial, apoio ao municípe, secretaria geral e serviços urbanos, auditoria. Vogal do conselho de administração dos SMTCB.
Vereador	Bruno Vitorino	De 01/01/2014 a 31/12/2014	Centro de educação ambiental, reserva natural local do sapal do rio Coia e mata nacional da machada, pacto de autarcas, representação do município da S-Energia - Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete
Vereador	Luis Filipe Pimenta Ferreira	De 01/01/2014 a 31/12/2014	Sem Pelouro
Vereador	Marcelo Correia Sousa Moniz	De 01/01/2014 a 31/12/2014	Sem Pelouro
Vereadora	Joana Rita Falua Branco	De 01/01/2014 a 31/12/2014	Sem Pelouro

8.1.6 – Organização Contabilística

Descrição das características do sistema informático:

Sistema informático da A.I.R.C.:

- POCAL;
- Património;
- Aprovisionamentos;
- Recursos Humanos;
- Tesouraria.

Demonstrações financeiras intercalares:

Documentadas: Sim

Descentralização contabilística: Não

8.1.7 – Outra Informação Considerada Relevante

Regulamentos internos e outros documentos informativos

	Data de aprovação /apreciação		Data de alteração	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Inventário	11/12/2002	18/12/2002	-	-
Normas de Controlo Interno	06/09/2000	02/10/2000	-	-
Balanço Inicial	11/12/2002	18/12/2002	-	-

Acções Inspectivas

Entidade	Anos					
	2000	2001	2002	2004	2011	2013
I.G.F.	X	-	-	X	X	X
T. Contas	-	-	X	-		

Documentos de Gestão

	Data da Aprovação do Órgão Executivo	Data da Aprovação do Órgão Deliberativo	Obs.
Grandes Opções do Plano	11/12/2013	20/12/2013	Referente a 2014
Orçamento	11/12/2013	20/12/2013	Referente a 2014
Documentos de Prestação de Contas	02/04/2014	29/04/2014	Referente a 2013

Montantes Transferidos do Orçamento de Estado

	Corrente	Capital
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.654.984,00	517.795,00
Fundo Social Municipal	1.109.118,00	
Participação Fixa no IRS	2.879.602,00	

Pagamentos realizados com Investimento em 2013

€ 10.775.778,52



8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 – Não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL, bem como, dos princípios contabilísticos.

8.2.5 – Para o cálculo das amortizações seguiu-se o disposto na Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril (C.I.B.E.);

Para o cálculo das Provisões de Cobrança Duvidosa, utilizou-se o critério previsto no ponto 2.7.1. do POCAL, que refere:

- a) – 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) – 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

8.2.7 – Movimentos do Activo Imobilizado

Anexo 7

Nas colunas de aumentos, encontram-se reflectidas as aquisições de imobilizado e as obras em curso que no seu total ascendem a € 3.208.929,93.

A avaliação efetuada à rede de águas e saneamento e respetiva incorporação no património do Município está refletida na coluna de reavaliações / ajustamentos.

Na coluna de transferências, estão reflectidas as transferências entre contas do imobilizado corpóreo, nomeadamente as passagens de imobilizado em curso para Edifícios e Outras Construções e Bens de Domínio Público.

Relativamente às imobilizações em curso, as mesmas aumentam € 1.061.389,27, devido ao valor das obras em curso ser superior às concluídas.

No mapa de amortizações e provisões, a coluna de reforço, refere-se às amortizações do ano.

De acordo com o Princípio do Custo Histórico, os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção.

Ainda de acordo com o princípio da prudência “...sem, contudo permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de activos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.”

O ponto 4.1.1. do POCAL, diz que os activos imobilizados devem ser valorizados ao custo de aquisição ou de produção.

8.2.13 – Relação dos Bens Adquiridos em Regime de Locação Financeira

Bem	Valor de Aquisição	Contas Movimentadas
Edifício Lg. Alexandre Herculano	606.343,56	422012/48221
Terreno edifício Lg. Alexandre Herculano	202.114,51	42111
Parcela terreno junto aos TCB	502.039,69	421011
2 Pavilhões Pré-Fabricados	58.197,86	422216/48221
Loja da Rua Vasco da Gama	23.181,73	422012/48221
Terreno da Loja da Rua Vasco da Gama	6.858,50	421011
Imóvel da Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 195 a 211, Travessa da Figueira n.º 2 a 6 e Rua Marquês de Pombal n.º 154 a 166	94.273,20	422011/48221
Terreno do Imóvel da Rua Conselheiro Joaquim António de Aguiar, n.º 195 a 211, Travessa da Figueira n.º 2 a 6 e Rua Marquês de Pombal n.º 154 a 166	28.057,50	421011
Viatura pesada de recolha de RSU Volvo FM9 (4X2) Air equipado com superestrutura Haller H X 2 15 e grua SIMA	170.561,30	423313/4823
Viatura Pesada de Mercadorias c/ Cabine Dupla e Caixa de Carga	35.933,58	423311/4823
Viatura pesada de recolha de RSU Volvo FM9 (4X2) Air equipado com superestrutura Haller H X 2 15 e grua SIMA	170.561,30	423313/4823
2 Pavilhões para Escola n.º 4	70.167,90	422216/48221
Rectroescavadora	59.688,09	423355/4823

8.2.14 – Relação dos Bens do Imobilizado que não foi Possível Valorizar

Os bens cuja valorização não foi possível realizar, são, nomeadamente, Livros, Obras de Arte e outros bens em mau estado de conservação.

8.2.15 – Bens Imóveis do Domínio Público não sujeitos a Amortização

No ano de 2014, não existem bens de domínio público não sujeitos a amortização.

8.2.16 – Entidades Participadas

Designação	N.º de Ações	% Capital Social	Capital Próprio	Resultados Exercício	Ano	Sede
Amarsul, S.A.	102.589,00	6,60%	14.642.905,00	215.716,00	2014	Aterro sanitário de Palmela - Pinhal das Formas, Quinta do Anio - Palmela
CDR*	14.500,00	8,47%	856.000,00	-14.789,63	2010	Av. Luisa Todi, n.º 287 - 5º Esq, 2900-464 Setúbal
Simarsul, S.A.	454.861,00	9,10%	24.443.119,00	-1.336.166,00	2014	Av. Luisa Todi, n.º 300 - 3º, 2900-452 Setúbal

*- Entidade em processo de liquidação.

8.2.17 – Títulos Negociáveis

Descrição	Natureza	Entidades	Quantidades	Valor		
				Aquisição	Provisões	Líquido
Depósito	A prazo	CCAM		1.110.787,53		1.110.787,53
Depósito	A prazo	Novo Banco		150.000,00		150.000,00
Caixagest	Obrigações	CGD	8.883,51	48.191,83		48.191,83

8.2.22 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

Rubricas	Valor
218 - Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa	5.096.926,99
268919 - Outros Devedores Diversos de Cobrança Duvidosa	56.008,90



8.2.26 – Contas de Ordem

Anexo 8

8.2.27 – Provisões Acumuladas

Anexo 9

8.2.28 – Explicação e Justificação dos Movimentos Ocorridos nas Contas da Classe 5

Conta	Saldo Inicial		Movimento no Exercício		Saldo Final	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
51		21.759.066,03		13.756.175,80		35.515.241,83
57		850.217,76		315.629,79		1.165.847,55
59		13.756.175,80	16.185.082,39	37.594.687,85		35.165.781,26
88		6.312.595,88	6.312.595,88	9.420.314,54		9.420.414,54

Neste quadro, os movimentos a débito incluem a transferência para património dos valores correspondentes aos resultados transitados anteriores, assim como, o reforço da reserva legal, para além de ajustamentos relacionados com exercícios anteriores no valor de € 2.113.276,80. Deste valor, cerca de 1,7 milhões de EUR, estão relacionados com taxas de ocupação de via pública cobradas em anos anteriores a operações de telecomunicações e já restituídas no exercício (cerca de 0,5 milhões de EUR) ou a restituir em 2015 e 2016 por não constituírem receita do Município.

A crédito, estão refletidos os valores de valorização da rede de águas e saneamento no montante de € 31.282.091,97 e o resultado líquido referente ao ano anterior no montante de € 6.312.595,88.

8.2.29 – Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas

Anexo 10

8.2.31 – Demonstração de Resultados Financeiros

Anexo 11

8.2.32 – Demonstração de Resultados Extraordinários

Anexo 12



8.3 – Notas sobre o Processo Orçamental e Respectiva Execução

8.3.1 / 8.3.2 – Modificações ao Orçamento / G.O.P.

Anexos 13 e 14

8.3.3 – Contratação Administrativa

Anexo 15

8.3.4 – Transferências e Subsídios

8.3.4.1 – Transferências Correntes / Despesa

Anexo 16

8.3.4.2 – Transferências de Capital / Despesas

Anexo 17

8.3.4.3 – Subsídios Concedidos

Não foram concedidos subsídios

8.3.4.4 – Transferências Correntes / Receita

Anexo 18

8.3.4.5 – Transferências de Capital / Receita

Anexo 19

8.3.5 – Aplicações em Activos de Rendimento Fixo e Variável

Anexo 20



8.3.6 – Endividamento

8.3.6.1 -. Mapa de Empréstimos

Anexo 21

8.3.6.2 – Outras Dívidas a Terceiros

Anexo 22

Os Restantes Pontos Não São Aplicáveis
--

No anexo 24, seguem documentos para o Tribunal de Contas, conforme Resolução n.º 4/2001 de 18 de Agosto



Outra informação considerada relevante

Mapa 8.2.26 – Contas de Ordem

O valor de € 3.236.617,11 relativo a recibos a receber de cobrança, encontra-se reflectido nas contas 211, 212 e 218.

Cálculo dos Limites dos Encargos com o Pessoal:

Cálculo dos Limites dos Encargos de Pessoal
--

Pessoal do Quadro 2014	10.419.382,66	
	-----	= 29,76%
Receita Corrente 2013	35.008.565,81	
Pessoal Fora do Quadro 2014	305.848,26	
	-----	= 2,94%
Pessoal do Quadro 2014	10.419.382,66	
Pessoal Fora do Quadro 2013	305.848,26	
	-----	= 0,87%
Receita Corrente 2013	35.008.565,81	
Encargos Totais 2014	14.642.959,55	
	-----	= 41,83%
Receita Corrente 2013	35.008.565,81	